

Primeira reforma do ensino aplicada no Brasil (*)

Eu, Rei, faço saber aos que este Alvará virem que, tendo em consideração que, da cultura as Ciências depende a felicidade da Monarquia, conservando-se por meio delas, a Religião e a Justiça, na sua pureza e igualdade, e que, por esta razão, foram sempre as mesmas ciências o objeto do mais digno cuidado dos reis, meus predecessores que, com suas reais providências, estabeleceram e animaram os estudos públicos, promulgando leis mais justas e proporcionais para que os vassallos da minha Coroa pudessem fazer, à sombra delas, os maiores progressos em benefício da Igreja e da Pátria.

Tendo em consideração, outrossim, que sendo o estudo das letras humanas a base de todas as ciências que se vêem, neste Reino, extraordinariamente decaídas daquele auge em que se achavam quando as Aulas se confiaram aos religiosos jesuítas, em razão, de que estes, com o escuro e fastidioso método que introduziram nas escolas destes Reinos e domínios; e muito mais, com a inflexível tenacidade com que sempre procuraram sustentá-lo contra a evidência das sólidas verdades que lhes descobriram os defeitos e os prejuízos do uso de um método, e que, depois de serem por eles conduzidos os estudos pelo longo espaço de oito, nove e mais anos, se achavam, no fim deles, tão ilaqueadas nas miudezas da Gramática como destituídos das verdadeiras nações das línguas latina e grega para nelas falarem e escreverem sem um tão extraordinário desperdício de tempo, com a mesma facilidade e pureza que se têm feito familiares a todas as outras nações da Europa que aboliram aquele pernicioso método, dando assim, os mesmos religiosos, causa necessária à quase total decadência nas referidas línguas, sem nunca jamais cederem, nem à invencível força dos maiores homens de todas as nações civilizadas, nem ao louvável e fervoroso zelo dos muito varões de exímia erudição, que (livre das preocupações com os mesmos religiosos, pretenderam alucinar os meus vassallos, distraíndo-os, pela sobredita forma, do progresso de suas aplicações, para que, cuidando-os e prolongando-os na ignorância, lhes conservassem uma subordinação e dependência tão injustas como perniciosas) clamaram altamente nestes Reinos contra o método, contra o mau gosto e contra a ruína dos estudos, com as demonstrações, dos muitos e grandes latinos retóricos que, antes do mesmo método, haviam florescido em Portugal até o tempo em que os mesmos estudos foram arrancados das mãos de Diogo e Teive e de outros igualmente sábios e eruditos mestres.

Desejando eu não só reparar os mesmos estudos para que não acabem de cair na total ruína a que estão próximos, mas ainda restituir-lhes aquele antecedente lustre que fez os portugueses tão conhecidos na república das letras, antes que os mesmos religiosos se intromettessem a ensiná-los com sinistros intentos e infelizes sucessos que, logo, desde os seus primeiros, foram previstos e manifestos pela desaprovação dos homens mais doutos e prudentes, estas úteis disciplinas que ornaram os séculos XVI e XVII, os quais compreenderam e predisseram logo, pelos erros do método, a futura e necessária ruína de tão indispensáveis estudos, como forma, por exemplo, o corpo da Universidade de Coimbra (que pelo merecimento dos seus professores se fez sempre digna da real atenção) opondo-se à entrega do Colégio de Artes, mandada fazer aos ditos religiosos no ano mil quinhentos e cinqüenta e cinco. O Congresso das Cortes, que o Senhor Rei D. Sebastião convocou no ano mil quinhentos e sessenta e dois, requerendo, já então, nele, fizeram eco dos povos contra a aquisições de bens temporais e contra o estudo dos mesmos religiosos, a Nobreza e o povo da cidade do Porto, no assento que tomaram a vinte de dois de novembro de mil seiscentos e trinta contra as escolas que naquele ano abriram na dita cidade e os mesmos religiosos, impondo, por ele, graves penas aos que a elas fossem ou mandassem seus filhos estudarem.

E atendendo ultimamente a que ainda quando outro fosse o método dos sobreditos religiosos, de nenhuma sorte se lhes deve confiar o ensino e educação dos meninos e moços, depois de haverem mostrado tão infaustamente a experiência por fatos decisivos e exclusivos de toda tergiversação e interpretação, ser a doutrina que o governo dos mesmos religiosos faz dar aos alunos de suas classes e escolas, sinistramente ordenada à ruína não só das artes e ciências mas até da mesma Monarquia e Religião que, nos meus Reinos de domínios, devo sustentar com minha real e indefectível proteção. Sou servido privar inteira e absolutamente os mesmos religiosos em todos os meus domínios, dos estudos de que os tinha mandado suspender, para que, do dia da publicação deste em diante se hajam, como efetivamente Lei, por extintas todas as classes e escolas, como se nunca houvessem existido em meus Reinos e domínios, onde têm causado tão enormes lesões e tão graves escândalos. E para que os mesmos vassallos, pelo proporcionado meio de um tão regulado, possam, com a mesma facilidade que hoje têm as outras nações civilizadas, colher das suas aplicações aqueles úteis e abundantes frutos que a falta de direção lhes fazia até agora ou impossíveis ou tão dificultosos que vinha ser quase o mesmo. Sou servido da mesma sorte ordenar, como por este ordeno, que no ensino das classes e no estudo das letras humanas haja uma geral reforma, mediante a qual se restitua o método antigo, reduzido aos termos símplices, claros e de maior facilidade que se pratica atualmente nas nações mais polidas da Europa, conformando-me, para a fim de determinar com o parecer dos homens mais doutos e instruídos neste gênero e erudições. A qual reforma se praticará não só nestes Reinos mas também em todos os seus domínios, à mesma imitação do que tenho mandado estabelecer na minha Corte e cidade de Lisboa, em tudo o que for aplicável aos lugares em novos estabelecimentos se fizeram, debaixo das providências e determinações seguintes:

DIRETOR DE ESTUDOS

1. Haverá um Diretor de Estudos o qual será a pessoa que eu for servido nomear, pertencendo-lhe fazer observar tudo o que se contém neste alvará e sendo-lhe todos os professores subordinados na maneira abaixo declarada.
2. O mesmo Diretor terá cuidado de averiguar com especial exatidão, o progresso dos Estudos para me poder dar, no fim de cada ano, uma relação fiel do estado deles a fim de evitar os abusos que se foram introduzindo, propondo-me, ao mesmo tempo, os meios que lhe parecerem mais convenientes para o adiantamento das escolas.
3. Quando algum dos professores deixar de cumprir com suas obrigações que são as que se lhe impõe este alvará e as que há de receber nas Instruções que mando publicar o Diretor o advertirá e o corrigirá. Porém, não se emendando mo fará presente, para o castigar com a privação do emprego que tiver e com as mais penas que forem competentes.
4. E, porquanto, as discórdias provenientes da contrariedade das opiniões que, muitas vezes, se excitam entre os professores só servem para distraí-lo das suas verdadeiras obrigações e de produzirem na mocidade o espírito de orgulho e discórdia, terá o Diretor todo cuidado em extirpar as controvérsias e de fazer que entre eles haja uma perfeita paz e uma constante uniformidade de doutrina de sorte que todos conspirem para o progresso de sua profissão e aproveitamento dos seus discípulos.

DO PROFESSOR DE GRAMÁTICA LATINA

5. Ordeno que em cada um dos bairros da cidade de Lisboa se estabeleça logo um professor com classe aberta e gratuita, para nela ensinar a gramática latina, pelos métodos abaixo declarados, desde nominativos até construção inclusive, sem distinção de classes, como até agora se fez, com o reprovado e prejudicial erro de que, não pertencendo a perfeição dos discípulos ao mestre de alguma das classes, se contentavam todos os ditos mestres de encherem suas obrigações enquanto ao tempo, executando-as perfuntoriamente quanto aos estudos e ao aproveitamento dos discípulos.
6. Ao tempo em que crescer a povoação desta cidade, se a extensão de algum dos bairros dela fizer necessária mais de professor, darei sobre esta memória toda oportuna providência. E porque a ordem e a irregularidade com que presentemente se acham alojados os habitantes da mesma cidade não permitem aquela ordenada divisão dos bairros, determino que se estabeleçam logo, oito, nove ou dez classes repartidas pelas partes que parecerem convenientes ao Diretor dos Estudos a quem por ora, pertencerá a nomeação dos ditos professores debaixo da minha Real aprovação. Para a subsistência deles tenho dado toda a competente providência.
7. Nem nas ditas classes, nem outras algumas destes reinos que estejam estabelecidas ou se estabelecerem daqui em diante, se ensinará por outro método que não seja o Novo Método da Gramática Latina, reduzido a Compêndio para uso das escolas da Congregação do Oratório, composto pelo padre Antônio Pereira da mesma congregação; ou a Arte da Gramática Latina reformada por Antônio Félix Mendes, professor de Lisboa. Hei por proibida para o ensino das escolas a Arte Manoel Álvares, como aquela que contribuiu mais para fazer dificultoso o estudo da latinidade nestes reinos. E todo aquele que usar na sua Escola a dita Arte ou qualquer outra que não sejam as duas acima referidas, sem preceder especial e imediata licença minha, será logo preso para ser castigado ao meu real arbítrio, e não poderá mais abrir classes nestes reinos e seus domínios.
8. Desta mesma sorte, proíbo que nas ditas classes de Latim se use dos Comentadores de Manoel Álvares, como Antônio Franco, João Nunes Freire, José Soares e em especial de Madureira, por extenso e mais inútil; e de todos, e cada um dos Cartapácios, de que até agora se usou para o ensino da Gramática.
9. Os ditos professores observarão também as instruções que lhes tenho mandado estabelecer, sem alteração alguma por serem as mais convenientes, e que se têm qualificado por mais úteis para o adiantamento dos que freqüentam estes estudos, pela experiência dos homens mais versados neles, que hoje conhece a Europa.
10. Em cada uma das Vilas das províncias se estabelecerão um ou dois professores de Gramática latina, conforme a maior ou menor extensão dos Termos, que tiverem; aplicando-se para o pagamento deles, o que já lhes acha destinado por Provisões reais ou Disposições particulares, e o mais que Eu for servido resolver e sendo os mesmos professores eleitos por rigoroso exame

feito por comissários deputados pelo Diretor Geral, e por ele consultados com os autos das eleições, para Eu determinar o que me parecer mais conveniente, segundo a instrução e costumes das pessoas, que houverem sido propostas.

11. Fora das sobreditas classes não poderá ninguém ensinar, nem pública nem particularmente, sem aprovação e licença do Diretor dos Estudos, o qual, para concedê-la, fará primeiro examinar o pretendente por dois professores régios de Gramática; e com aprovação destes lhe concederá a dita licença, sendo pessoa na qual concorram cumulativamente os requisitos de bons e provados costumes; e de ciência e prudência; e dando-lhes a aprovação gratuitamente, sem por ela ou pela sua assinatura se lhe levar o menor estipêndio.
12. Todos os ditos professores levarão o privilégio de nobres, incorporados em direito comum, e especialmente no Código Título de professoribus et medicis.

DOS PROFESSORES DE GREGO

13. Haverá também nesta Corte quatro professores de Grego, os quais se regularão pelo que tenho disposto a respeito dos professores de Latim, na parte que lhes é aplicável; e gozarão dos mesmos privilégios.
14. Similarmente, ordeno que em cada uma das cidades de Coimbra, Évora e Porto haja dois professores da referida língua Grega. E em cada uma das outras cidades e vilas, que forem cabeças de comarca haja um professor, os quais se governarão pelas sobreditas direções, e gozarão dos mesmos privilégios que gozarem os desta Corte e cidade de Lisboa.
15. Estabeleço que, logo que houver passado ano e meio depois que as referidas classes de Grego forem estabelecidas, os discípulos delas, que provarem pelas atestações dos seus respectivos professores, passados sobre exames públicos, e qualificados pelo Diretor Geral, que estudaram um ano com aproveitamento notório, além de se levar em conta o referido ano na Universidade de Coimbra para os estudos maiores, sejam preferidos em todos os concursos das quatro Faculdades de Teologia, Cânones, Leis e Medicina, aos que não houverem feito aqueles proveitosos estudos, concorrendo neles as outras qualidades necessárias, que pelos estatutos se requerem.

DOS PROFESSORES DE RETÓRICA

16. Porquanto o estudo da retórica sendo tão necessário em todas as ciências, se ache hoje quase esquecido por falta de professores públicos, que ensinem esta arte segundo as verdadeiras regras, haverá na cidade de Lisboa quatro professores públicos de Retórica; dois em cada uma das cidades de Coimbra, Évora e Porto; e um em cada uma das outras Cidades e vilas, cabeças de Comarcas; todos observarão respectivamente o mesmo que fica ordenado para o governo dos outros professores de Gramática latina e Grego; e gozarão dos mesmos privilégios.
17. E porque sem o estudo da Retórica se não podem habilitar os que entrarem nas Universidades para nelas fazerem progresso, ordeno que, depois de haverem passado ano e meio contado dos dias em que se estabelecerem estes

estudos nos sobreditos lugares, ninguém seja admitido a matricular-se na Universidade de Coimbra e alguma das ditas faculdades maiores sem preceder a exames de Retórica feitos na mesma cidade de Coimbra perante deputados para isso nomeados pelo Diretor; do que conste notoriamente a sua aplicação e aproveitamento.

18. Todos os referidos Professores se regularão pelas instruções que mando dar-lhes para se dirigirem, as quais quero que valham como Lei, assim como baixam com este assinados pelo Conde de Oeiras, do meu Conselho e Secretaria de Estado Dos Negócios do Reino, para que sejam devidamente observados, mostrando porém a experiência ao Diretor de Estudos que é necessário acrescentarem-se algumas providências que vão expressas nas ditas instruções, mo consultará para Eu determinar o que parece mais conveniente.

E este se cumprirá como nele se contém, sem dúvida ou embargo algum, para em tudo ter sua devida execução, não obstante quaisquer Disposições de direito comum ou deste Reino, que hei por derogados.

Pelo que mando à Mesa do Desembargo do Poço, Conselho da Fazenda, Regedor da Casa da Suplicação ou quem seu cargo servir, ao Reitor da Universidade de Coimbra, Vice-Reis e Governadores e Capitães Gerais das Índias e do Brasil e a todos os corregedores, provedores, ouvidores, Juizes e Justiças de meus Reinos e Senhorios cumpram e guardem este meu Alvará de Lei e façam inteiramente cumprir, guardar e registrar em todos os livros de Câmaras e suas respectivas jurisdições com as Instruções que nele vão incorporadas.

E ao Doutor Manuel Gomes de Carvalho do meu Conselho e Chanceler-Mor destes Reinos, ordeno o faça publicar na Chancelaria e dele enviar os exemplares a todos os Tribunais, Ministros e pessoas que o devem executar, registrando-se nos livros do Desembargo do Poço, do Conselho da Fazenda, da Mesa da Consciência e Ordens, do Conselho Ultramarino, da Casa da Suplicação e das Relações do Porto, Goa, Bahia e Rio de Janeiro e nas mais partes que se costumam registrar semelhantes leis e lançando-se este próprio na Torre do Tombo.

Dato no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda aos vinte e oito de junho de mil setecentos e cinquenta e nove.

Assinado: Rei
(D. José I)

(*) estabeleceu as Diretrizes e Bases
(Lei Marquês de Pombal, de 28 de junho de 1759)